Isabel Cristina Morais Carvalho Lopes	14,76
Maria João Machado Andrade	14,64
Raquel Susana Silva Nogueira	14,56
Márcia Andreia Fontes Couto Conceição	14,52
Sónia Fátima Lopes Barbosa Rocha	14,35
Carla Maria Sousa Pereira Castro	14,24
Helena Maria Fernandes Ribeiro Castro	14,19
Carla Alexandra Gomes Alves	14,08
Vera Alexandra Oliveira Gonçalves	13,93
Diana Margarida Moreira Sanches	13,64
Sílvia Daniela Pereira Melo	13,61
Nuno Ricardo Guerra Vieira	13,32
Paula Maria Ribeiro Moreira	13,25
Maria de Fátima Leite Baptista	13,20
Maria Helena Ribeiro Silva	13,14
Élia Cristina Pereira Jorge	13,12
Maria José Martins Catalão	12,89
Ana Paula Almeida Cardoso	12,87
Carla Angélica Azevedo Rocha	12,84
Marta Maria Araújo Neves Soares	12,73
Aurora Cristina Coutinho Vieira	12,70
Ana Paula Almeida Carvalho	12,40
Daniela Maria Gomes Rodrigues	11,44
Marta Alexandra Alves Teixeira	11,35
Maria de Fátima Azevedo Fraga	11,24

Da homologação, o direito a recurso exerce-se nos termos do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro.

9 de Fevereiro de 2005. — O Presidente do Conselho de Administração, *Fernando Pinheiro.*

Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge

Aviso n.º 1953/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril, foram, por despacho do director do Instituto de 10 de Janeiro de 2005, constituídos os júris dos concursos para as categorias e áreas abaixo indicadas, da carreira de investigação científica, do quadro de pessoal deste Instituto:

Investigador-coordenador (sede) — área de doenças infecciosas, infecção VIH/sida:

Presidente — Doutora Maria Susana Trindade da Franca Epifânio da Franca, investigadora-coordenadora do Centro de Qualidade Hídrica do INSA.

Vogais:

Prof. Doutor Henrique Lecour, professor catedrático jubilado da Faculdade de Medicina do Porto.
Prof. Doutor José Manuel Calheiros, da Faculdade de Medicina da Universidade da Beira Interior.
Prof. Doutor Francisco José Nunes Antunes, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.
Prof.ª Doutora Wanda F. Canas Ferreira, professora catedrática de microbiologia da Universidade Nova de Lisboa.
Prof. Doutor Armindo Rodrigues Filipe, investigador-coordenador, aposentado.
Doutora Maria dos Anjos Martins Monge Catry, investigadora-coordenadora, aposentada.

Investigador principal (sede) — área de saúde ambiental e da alimentação; segurança alimentar:

Presidente — Doutora Maria Guida Andrade de França Gouveia Boavida, investigadora-coordenadora do Centro de Genética Humana do INSA.

Vogais:

Prof. Doutor António Calado, professor catedrático da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.
Prof.ª Doutora Vanda Costa Brotas Gonçalves, professora associada com agregação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
Prof.ª Doutora Maria Daniel Vaz de Almeida, professora catedrática da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto.
Prof.ª Engenheira Maria Leonor Nunes, investigadora principal do Instituto Nacional de Investigação, Agricultura e das Pescas (INIAP), Lisboa.
Prof.ª Doutora Irene Silveira, Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.
Prof.ª Doutora Maria Helena Saldanha Oliveira, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.
Prof. Doutor Fernando Bernardo, professor da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa.

Investigador auxiliar (sede) — área de doenças infecciosas; arbovírus:

Presidente — Doutora Maria Guida Andrade de França Gouveia Boavida, investigadora-coordenadora do Centro de Genética Humana do INSA.

Vogais:

Prof. Doutor António José dos Santos Grácio, do Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa.
Prof.ª Doutora Wanda F. Canas Ferreira, professora catedrática de microbiologia da Universidade Nova de Lisboa.
Prof. Doutor António Paulo Almeida, Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa.
Prof.ª Doutora Ana Maria Luís Ramos Tomás, Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto.
Doutora Fátima Cristina Bacellar Figueira, investigadora principal do INSA.
Doutora Maria Teresa d'Avillez Paixão, investigadora principal com habilitação do Centro de Virologia do INSA.

4 de Fevereiro de 2005. — O Director, *Fernando Almeida.*

Aviso n.º 1954/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril, foram, por despacho do director do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA) de 10 de Janeiro de 2005, constituídos os júris dos concursos para as categorias e áreas abaixo indicadas, da carreira de investigação científica, do quadro de pessoal deste Instituto:

Investigador principal (delegação) — área de doenças infecciosas; parasitologia:

Presidente — Doutora Maria Susana Trindade da Franca Epifânio da Franca, investigadora-coordenadora do Centro de Qualidade Hídrica do INSA.

Vogais:

Prof. Doutor Armindo Rodrigues Filipe, investigador- coordenador, aposentado.
Prof.ª Doutora Isabel Fazendeiro, da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa.
Prof.ª Doutora Isabel Fonseca, da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa.
Prof. Doutor António Luís Mittermayer Madureira Rodrigues Rocha, do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto.
Prof.ª Doutora Berta Martins da Silva, do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto.
Prof. Doutor Manuel João Rua Vilanova, do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, Universidade do Porto.

Investigador principal (delegação) — área de doenças infecciosas; tuberculose:

Presidente — Prof.ª Engenheira Olga Mayan, investigadora-coordenadora do Centro de Saúde Ambiental e Ocupacional da Delegação do INSA.

Vogais:

Prof. Doutor Rui Appelberg Gaio Lima, do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto.
Prof.ª Doutora Maria de São José Garcia Alexandre Nascimento da Fonseca, da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto.
Prof. Doutor António Augusto Alves Mota Miranda, da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.
Prof. Doutor Manuel João Rua Vila Nova, do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto.
Prof. Doutor João Amado, do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto.
Prof.ª Doutora Paula Maria das Neves Ferreira da Silva, do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto.

Investigador auxiliar (delegação) — área de saúde ambiental e da alimentação; desreguladores endócrinos na água:

Presidente — Doutora Maria Susana Trindade da Franca Epifânio da Franca, investigadora-coordenadora do Centro de Qualidade Hídrica do INSA.
Vogais:

Prof.ª Doutora Maria de Lurdes Pinho de Almeida Souteiro Bastos, da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto.
Prof.ª Doutora Maria Leonor Fidalgo, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.
Prof. Doutor Rui Alfredo da Rocha Boaventura, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.
Prof. Doutor José Manuel Correia Neves de Sousa Lobo, da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto.
Prof. Doutor João Amado, do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, da Universidade do Porto.
Doutora Engenheira Luísa Perpétua Simenta Valente Estevez Prieto, investigadora principal do Centro de Saúde Ocupacional e Ambiental do INSA.

4 de Fevereiro de 2005. — O Director, *Fernando de Almeida.*

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL, DA FAMÍLIA E DA CRIANÇA

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Faro

Despacho n.º 4200/2005 (2.ª série). — Na qualidade de directora distrital do Centro Distrital de Segurança Social de Faro, nomeada através do despacho n.º 23 660/2002, de 20 de Setembro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 257, de 7 de Novembro de 2002, e no uso do poder que me foi concedido pelo disposto nos artigos 15.º e 24º do Decreto-Lei n.º 64/89, de 25 de Fevereiro, bem como no disposto no n.º 2 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 316-A/2000, de 7 de Dezembro, que remete para o artigo 25º, n.º 2, alínea *n*), do mesmo diploma legal, conjugado com o artigo 15º da Portaria n.º 995/2001, de 17 de Agosto, nomeio como instrutora de processos de contra-ordenações da área de contribuintes, do Centro Distrital de Segurança Social de Faro, para execução do previsto no Decreto-Lei n.º 64/89, de 25 de Fevereiro, na parte aplicável ao Centro Distrital de Segurança Social de Faro, a licenciada Ana Paula Martins da Cruz Fernandes, técnica superior principal.

O presente despacho entra imediatamente em vigor.

1 de Fevereiro de 2005. — A Directora Distrital, *Maria Ana Leonardo.*

Despacho n.º 4201/2005 (2.ª série). — Na qualidade de directora do Centro Distrital de Segurança Social de Faro, nomeada através do despacho n.º 23 660/2002, de 20 de Setembro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 257, de 7 de Novembro de 2002, e no uso do poder que me foi concedido pelo disposto nos artigos 15.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 64/89, de 25 de Fevereiro, e na deliberação do conselho directivo n.º 1458/2004, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 294, de 17 de Dezembro de 2004, decido proceder à seguinte delegação de competências:

Delegar na licenciada Ana Paula Martins da Cruz Fernandes, a exercer funções de instrutora de processos de contra-ordenação, a competência para proferir despachos de arquivamento de processos de contra-ordenação, nos termos previstos no n.º 1 do mencionado artigo 24.º, na parte respeitante ao Centro Distrital de Segurança Social de Faro;
Delegar ainda na mencionada licenciada a competência para proferir despachos de arquivamento nos seguintes casos:

a) Quando houver pagamento voluntário do valor mínimo da coima;
b) Quando for aplicada admoestação nos termos previstos no meu despacho de 1 de Fevereiro de 2005.

Este despacho produz efeitos desde 1 de Junho de 2004.

1 de Fevereiro de 2005. — A Directora Distrital, *Maria Ana Matos Leonardo.*

Despacho n.º 4202/2005 (2.ª série). — De acordo e para efeitos do estipulado no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 64/89, de 25 de Fevereiro, e no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com a alteração que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de Setembro, delibera a directora distrital do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Faro, membro em que foi delegada a competência para decidir os processos de contra-ordenação, classificar como infracção de reduzida gravidade passível de admoestação, os procedimentos seguintes:

1) Na vinculação ao sistema (artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 64/89):

a) Nos casos de atraso até 10 dias na entrega fora de prazo do boletim de identificação e quando se trate da primeira infracção praticada nos últimos 12 meses;
b) Nos casos de atraso de um dia na entrega fora de prazo do boletim de identificação quando se trate da segunda infracção praticada nos últimos 12 meses;

2) Na relação jurídica contributiva (artigo 7.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 64/89):

a) Nos casos de atraso até 10 dias na entrega da declaração de remunerações fora do prazo regulamentar e se trate da primeira infracção praticada nos últimos 12 meses;
b) Nos casos de atraso de um dia na entrega da declaração de remunerações fora do prazo regulamentar e quando se trate da segunda infracção praticada nos últimos 12 meses.

Este despacho aplica-se a todos os processos em curso e produz efeitos desde 1 de Junho de 2004.

1 de Fevereiro de 2005. — A Directora Distrital, *Maria Ana Matos Leonardo.*

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa

Despacho n.º 4203/2005 (2.ª série). — *Subdelegação de poderes.* — Nos termos dos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me foram conferidos pelo despacho n.º 20 412/2002, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 216, de 18 de Setembro de 2002, subdelego nos funcionários abaixo indicados os seguintes poderes:

1 — Na directora do Núcleo de Gestão Orçamental, licenciada Maria Isabel da Cruz Henriques António, na directora do Núcleo de Análise e Gestão Financeira, licenciada Aida Maria Pereira da Costa, e na directora do Núcleo de Contabilidade, Controlo e Análise Contabilística, licenciada Helena Maria da Silva Valentim Alves de Matos, em relação a cada um dos respectivos serviços, a competência para:

1.1 — Visar documentos de receita e de despesa;
1.2 — Movimentar as contas bancárias em conjunto com uma assinatura de um membro da Direcção nos valores superiores a € 24 940 e em conjunto com uma assinatura de dirigentes a quem tenha sido conferida essa competência para valores iguais ou inferiores a € 24 940, considerando, em ambos os casos, pagamentos individuais;
1.3 — Assinar recibos da Direcção-Geral do Tesouro e outros recibos de qualquer montante;
1.4 — Despachar os pedidos de justificação de faltas;
1.5 — Aprovar os planos de férias e o gozo de férias e autorizar alterações;
1.6 — Autorizar férias anteriores à saída dos planos de férias e o gozo de férias interpoladas;
1.7 — Autorizar a concessão do período complementar de cinco dias de férias a que se refere o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
1.8 — Solicitar a verificação domiciliária da doença dos funcionários ou fazer os pedidos pelo telefone em caso de urgência;
1.9 — Autorizar o pagamento de ajudas de custo e o reembolso de despesas de transporte, cujas deslocações tenham sido autorizadas pela directora do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa ou por um dos seus adjuntos;
1.10 — Autorizar o pagamento de remunerações por trabalho nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados cuja realização tenha sido superiormente autorizada;
1.11 — Assinar correspondência relacionada com os assuntos de natureza corrente dos serviços pelos mesmos dirigidos.
2 — Na directora do Núcleo de Análise e Gestão Financeira, licenciada Aida Maria Pereira da Costa, a competência para:
2.1 — Proceder à assinatura do termo de abertura e encerramento dos livros obrigatórios das instituições particulares de solidariedade e segurança social (IPSS);
2.2 — Subdelego na mesma directora de núcleo a competência delegada pelo conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social para visar as contas e orçamentos das IPSS.